

Numa floresta distante morava um homem idoso que vivia, fartamente, das groselhas que lá se encontravam - narra Godfried Bomans (+1971) em seus "Sprookjes" - completamente sozinho e cheio de alegria. "Veja", costumava dizer de manhã, "para quem todos estes diamantes estão derramados sobre a grama senão para mim?". E quando andava pela floresta, exclamava: "Quais altas abóbadas, quais amplos patamares, quais belas colunas. E tudo isso só para um homem". Deitado de costas, olhava para as imagens que passavam acima do céu: "Quem tem um tal teto?" De noite, sentado embaixo do seu loureiro, escutando as melodias encantadoras de uma voz tão suave, as lágrimas lhe saltavam aos olhos: "Que música, que som! É uma pena que só eu posso ouvi-los". Mas, o colhedor das groselhas não está sozinho no mundo. Chega um viajante à sua choça. O velho não cabe em si de alegria. Existe mais um homem! O viajante, no entanto, empalidece ao ouvir falar das riquezas que se encontram na floresta. Volta, rapidamente, para a cidade e, na companhia de muitos

outros, aparece de novo diante da casinha do colhedor de groselhas. Cai a noite. O velho pede que o povo tenha um pouco de paciência até a alvorada do dia seguinte. De madrugada, a grama começa a brilhar sob a luz do céu. Por todos os lados aparecem esplêndidos diamantes brancos. Ao levantar do sol estes se tornam topázios, esmeraldas e safiras. O colhedor de groselhas sai da sua choça e olha, silenciosamente, pelos arredores. "Vocês tem sorte", diz baixinho, "nos dias passados não houve nunca tantas pedras preciosas". "Não vemos nada"¹⁷, gritam todos. Os diamantes são orvalho, as belas colunas, árvores e os mosaicos, nuvens. Quando, a noite, o rouxinol começou o seu canto já não havia ninguém para escutar. Num galho abaixo, o velho estava pendurado, morto...

Pe. Leonardo Meulenberg é professor titular da Universidade de Imega, Holanda, e professor convidado do Departamento de Missiologia da Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção.

¹⁷ *Sprookjes*, Hilversum 1959, 19-27

PASTORAL VOCACIONAL LIBERTADORA

Pe. Geraldo Ferreira Barbosa

O tema Pastoral Vocacional (PV) continua suscitando vivo interesse. Sobretudo a partir do Concílio Ecológico Vaticano II, a Igreja, na palavra de seus pastores, tem insistido na urgência de uma PV renovada e concebida, prioritariamente, como dimensão obrigatória de todo o plano global de pastoral e, ao mesmo tempo, como o campo específico de ação que acompanha o despertar, o discernimento e a opção de vida (decisão) daqueles que escolhem o seguimento de Cristo na vida consagrada. Afinal, o projeto da Nova Evangelização (NE) precisa contar com evangelizadores numerosos e qualificados. Por isso, a promoção das vocações consagradas (sacerdotais, religiosas ou leigas) e de outros agentes de pastoral, deve ser uma prioridade dos pastores e de todo o Povo de Deus (cf. João Paulo II, Discurso Inaugural da Conferência de Santo Domingo, nº 26).

I. O REGIME DE CRISTANDADE E A PASTORAL VOCACIONAL

Chegando ao Brasil, em 1549, os primeiros jesuítas sentiram logo a urgente necessidade de multiplicar o número de missionários para o servi-

ço de catequese e da sacramentalização. De Portugal vinha para a Colônia quase totalidade dos clérigos que atuavam aqui. Já se notava a conveniência da formação de vocações autóctones para o atendimento da demanda da cristianização dos indígenas. Por isso, as escolas fundadas pelos missionários se tornaram também centro de formação de clérigos.

1.1. Características do Clero no Período Colonial

O clero português nos séculos XVI e XVII não primava pela vida moral. Vindo para a colônia, não tinha aqui ambiente favorável; libertinagem, promiscuidade e relaxamento nos costumes eram comuns nesta época¹.

No século XVIII, tempo do descobrimento das minas, a situação ainda era precária. O sacerdócio era visto mais como profissão, simples carreira, meio de vida. O padre não passava de um funcionário eclesiástico encarregado das funções litúrgicas próprias do catolicismo oficial. Eram raros aqueles que se dedicavam a ministérios propriamente pastorais².

¹ Cf. E. HOORNAERT e OUTROS. *História da Igreja no Brasil*. Tomo 2, p. 164

² *Ibidem*, p. 183

De modo geral, a formação teológica nesta época era bastante limitada. A falta de escolas, as grandes distâncias, a escassez de fontes ou escritos impunham grande limitação ao ensino. Formação sumária era o mais comum. Muitas vezes não ia além da prática da administração dos ritos da fé católica.

Além das dificuldades acima mencionadas, podemos acrescentar outras: as longas vacâncias de bispos, ordenações sem o devido preparo, pequeno número de diocese, sem falar na expulsão dos jesuítas. Com efeito, de 1549 (ano de sua chegada ao Brasil) até 1759 (ano de sua expulsão) somente eles cuidaram da formação do clero secular e religioso da Colônia. Outras Ordens, como franciscanos, beneditinos e carmelitas, ocuparam-se mais com a formação de candidatos para seus próprios institutos⁴.

1.2. Os Seminários Tridentinos

A concepção tridentina de Igreja não concorda com a visão unitária da sociedade católica colonial marcada pelo regime de padroado. Ensina-se que as pessoas são orientadas por duas sociedades distintas entre si: de um lado o Estado ou sociedade civil e do outro, a Igreja

ou sociedade eclesiástica. À primeira, compete velar pelos interesses temporais dos homens. À segunda, cabe a missão de ocupar-se da vida espiritual das pessoas. Para o fiel cumprimento desta tarefa, os bispos se colocam em atitude de independência com relação ao poder civil. Eles agem como os responsáveis diretos pela atividade pastoral, no que vão depender enormemente da colaboração do clero. Por isso, se explicam a preocupação com a formação do clero e o empenho na aplicação do Decreto tridentino sobre os seminários. Estes estabelecimentos são vistos como o lugar adequado para se formarem sacerdotes bem romanizados, com atividades confinadas ao âmbito restrito do altar, do púlpito e do confessionário⁵.

Para a consolidação da mentalidade tridentina, a hierarquia católica investiu grande esforço na formação do clero. Era urgente a existência de padres sintonizados com o novo projeto de Igreja não mais ligada ao Estado e, sim, diretamente a Roma.

Por ocasião da promulgação do Concílio de Trento (ano de 1563), havia no Brasil uma única diocese, a da Bahia. Um século mais tarde surgem a de São Sebastião do Rio de Janeiro, a de Pernambuco e do Maranhão. É de se notar que o Decreto conciliar sobre os seminá-

rios não foi implantado logo após a criação das dioceses. Há intervalos de tempo bem variados. Por exemplo, na Bahia é de 251 anos; em Pernambuco, 179 anos; no Rio de Janeiro, 60 anos; no Grão-Pará, 32 anos; em Mariana, 5 anos; no Maranhão, 161 anos; em São Paulo, 111 anos⁶.

Tal situação não foi por falta de insistência e solicitude da Santa Sé. A lentidão se explica por inúmeras dificuldades da época, tais como a pobreza das dioceses, falta de sínodos provinciais e diocesanos, longas vacâncias das sedes episcopais da residência dos bispos diocesanos, etc⁷.

Até os últimos anos do período colonial havia apenas sete dioceses no Brasil, sendo que duas destas (a do Maranhão e a de São Paulo) não contavam ainda com seminários próprios. No tempo do império foram criadas mais cinco dioceses, em poucos anos providas de seminários. Comparando com o período colonial, vemos que há um progresso. As novas dioceses agilizam a criação de seus seminários. Por exemplo, na diocese de Goiás, o espaço de tempo entre sua criação e a fundação do primeiro seminário é de

39 anos; em Diamantina, 13; em Cuiabá, Rio Grande do Sul e Fortaleza, 10 anos. A média portanto, não vai além de 16 anos, enquanto que no período colonial ia além de um século. Este avanço, entre outros fatores, deveu-se à ação mais eficaz da Santa Sé e à diligência dos bispos⁸.

O progresso na implantação dos seminários tridentinos liga-se, intimamente, ao novo modelo de Igreja empreendidos pelos bispos reformadores. Este movimento teve início por volta de 1840, mas se consolidou somente nos meados do século XX, quando tivemos uma Igreja romanizada (dependente da Cúria Romana), diferente, portanto, do modelo de cristandade (dependente da Coroa Lusitana).

As figuras de maior destaque na implantação dos seminários tridentinos foram: Dom Antônio Ferreira Viçoso, bispo de Mariana; Dom Antônio Joaquim de Melo, bispo de São Paulo; Dom Romualdo de Seixas, arcebispo da Bahia; Dom Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará; Dom Sebastião Laranjeiras, bispo do Rio Grande do Sul e Dom Vital de Oliveira, bispo de Olinda⁹.

⁶ Cf. J. HIGINO DE FREITAS. *Aplicação no Brasil do Decreto tridentino sobre os seminários*, p.141, nº181-182

⁷ *Ibidem*, p.145, nº 192 e p.149, nº 147

⁸ *Ibidem*, p.196, nº 261

⁹ Cf. A. AZZI. *Op. cit.*, p.30

⁴ *Ibidem*, p.192

⁵ Cf. R. AZZI. *A Teologia no Brasil*, in: *História da Teologia na América Latina*, p.31

1.3. As Vocações Nativas

Até o ano de 1759, a formação do clero tanto religioso como diocesano, em sua grande maioria, esteve sob os cuidados de Ordens religiosas (jesuítas, franciscanos, beneditinos, carmelitas, dominicanos, mercedários). Neste tempo, havia duas correntes de pensamento a respeito das vocações nativas. Uma, praticamente, negava tal possibilidade. Outra, além de afirmar, via nelas uma legítima necessidade. Ambas representavam razões para justificar seu ponto de vista. Chamaremos a primeira de "corrente restritiva" e a segunda de "corrente aberta".

A corrente restritiva alegava a dificuldade dos nativos para a observância do celibato, as diferenças de caráter entre eles e os brancos, os vícios morais da sociedade brasileira do período colonial e o risco do desprestígio do clero, caso fosse mesclado de elementos indígenas e africanos ou mestiços¹⁰.

A corrente aberta era inteiramente favorável à formação de um clero constituído de elementos nativos. Alegava que estes tinham melhor compreensão do caráter do povo e de seus costumes, mais facilidade na transmissão da mensagem evangélica e maior disponibilidade para o trabalho apostólico. Ademais, a

presença de um clero autóctone ajudaria a romper os vínculos de uma dependência permanente da metrópole¹¹.

Diante destas duas posições antagônicas fica bastante clara a desconfiança com relação aos nativos. Comparados com os brancos (europeus) são tidos como indivíduos inaptos para a vida sacerdotal ou religiosa.

Não obstante tais dificuldades (preconceituosas), a questão das vocações indígenas, praticamente descartada no século XVI, vem com veemência no século seguinte, ainda que sob um clima bastante polêmico. As opiniões se dividem. O preconceito racial e o espírito colonizador português exercem muita pressão. Os brancos dificilmente abrem mão de seus privilégios e pontos de vista. O índio e negro continuam sendo vistos como indignos das "honras" reservadas à classe clerical, salvo raras exceções.

Lembramos ainda que no Brasil-Colônia, os brancos é que foram considerados missionários. A história (escrita) fala muito pouco a respeito dos padres seculares e dos padres religiosos que não fossem brancos (europeus). Essa mentalidade discriminatória marcou profundamente a formação do clero no período colonial. Foi preciso grande

esforço da Igreja para modificar este quadro, mediante a ação corajosa dos bispos reformadores.

2. O VATICANO II E A PASTORAL VOCACIONAL

O Concílio Vaticano II (1962-1965), conforme intenção de João XXIII, deveria servir à unidade de todos os cristãos. Sua tarefa principal seria o programa de "aggiornamento": atualização da Igreja dentro de coordenadas do mundo moderno sem, contudo, sacrificar os dados fundamentais da fé católica. Tratava-se de um Concílio eminentemente pastoral. Dele vai nascer uma nova ecclesiologia marcada fundamentalmente por tríplice abertura:

1) Ao mundo de hoje (moderno) como lugar onde a Igreja deve dar seu testemunho evangélico;

2) Aos demais cristãos, superando divisões históricas. Abertura ecumênica, portanto;

3) Aos pobres, alargando os horizontes da Igreja para além das fronteiras que a modernidade burguesa lhe tem traçado.

Com este horizonte ampliado, a Igreja vai se colocando no coração do mundo, em vista de sua missão evangelizadora a partir das angústias e esperanças do homem de hoje.

Num esforço de auto-compreensão, ela se descobre como "Povo de Deus" em mistério de comunhão dos homens entre si e com Deus em Jesus Cristo. A partir desse conceito já não se pode mais entender a Igreja apenas como a hierarquia. Ela é como um corpo onde cada membro tem sua função específica, mas sem prejuízo do princípio da unidade¹².

O especificamente novo e importante do Concílio está na sua atitude pastoral, ecumênica e missionária perante o mundo de hoje; no seu espírito de abertura a novos valores; na sua disposição de dialogar e até mesmo de cooperar com os não-católicos, os não-cristãos e os não-crentes; no seu clima de compreensão dos outros; na sua convicção de ser apenas o sinal, instrumento ou o sacramento do Senhor; no seu novo conceito de unidade que admite e, até mesmo, deseja o pluralismo¹³.

Há de se destacar, também, o ensinamento conciliar sobre o sacerdócio comum dos fiéis, quando salienta a responsabilidade de todos os cristãos no anúncio do Evangelho. É a abertura eficaz na direção do protagonismo dos leigos, segundo o espírito de uma Igreja, toda ela ministerial¹⁴.

"A partir do sacerdócio batismal, nasce na Igreja um verdadeiro espírito de comunhão e participação que

¹⁰ Cf. J. HIGINO DE FREITAS. Op. cit., p.130, n° 151

¹¹ Ibidem, p.130, n° 152

¹² Cf. LG, cap. II.

¹³ Cf. B. KLOPENBURG. *Ecclesiologia do Vat. II*, p.16-17.

¹⁴ Cf. LG. 10/27 - 11/29

vai alimentar toda a PV no Brasil (...). Nela, há lugar para novas formas de vivência do batismo e, conseqüentemente, para novos ministérios ...”¹⁵.

Falando especificamente dos leigos, o Concílio além de definir dinamicamente sua missão na Igreja afirma sua igualdade em dignidade frente à hierarquia¹⁶, resultando daí, que eles têm o direito e o dever de serem colaboradores ativos em serviços e ministérios que lhe são confiados¹⁷. Deste modo a PV, ao mesmo tempo que vai se aprofundando em campos específicos, vai também se diversificando: não fica voltada só para o sacerdócio ministerial como antes e, sim, para a formação de todo o povo de Deus¹⁸.

O Concílio teve, ainda, o mérito de alargar o conceito de vocação que, em tempos anteriores, se aplicava quase que, exclusivamente, em relação ao sacerdócio ordenado e à vida religiosa¹⁹. Afirma, corajosamente, a universalidade da vocação à santidade. A vocação sacerdotal se insere no âmbito mais amplo da vocação cristã, radicada no sacramento do batismo, pela qual o Povo de

Deus “constituído por Cristo para a comunhão de vida, caridade e verdade, é por Ele ainda assumido como instrumento de redenção de todos, e enviado ao mundo inteiro como luz do mundo e sal da terra...”²⁰.

Sem diluir o caráter particular da vocação sacerdotal e religiosa, mostra a participação universal de todos os batizados na tríplice missão de Cristo: profética, sacerdotal e real²¹. A santidade é entendida não mais como privilégio de classes (sacerdotal ou religiosa) e passa a ser vista como vocação fundamental de todos os batizados, ainda que de maneiras as mais diversas²².

2.1 - Etapas da Pastoral Vocacional Pós-Conciliar

2.1.1 - Aplicação do Concílio (1966-1968)

Logo após o Concílio, a Igreja no Brasil se achava, razoavelmente, em condições de aplicá-lo de modo orgânico e planejado. Com efeito, já se colhiam os frutos dos trabalhos anteriores efetivados pela “Ação Católica”, pelo “Movimento por um Mundo Melhor” e pelo “Plano de

emergência”. A própria CNBB reunida em Roma, no final do Concílio, elaborou e aprovou o “Plano de Pastoral de Conjunto” que teria vigência de 1966 a 1970. Este documento oferecia amplo espaço à promoção da PV. E mais ainda: favorecia o nascimento de uma reflexão teológico-vocacional em horizontes mais largos. O conceito de vocação ganhou um destaque ímpar. Igualmente, foram postos em evidência aspectos da vocação que eram pouco lembrados, por exemplo, a dimensão humana e psico-espiritual. A pedagogia da PV começou a passar por profundas transformações. O horizonte vocacional foi se abrindo mais e mais.

Com o advento da Revolução de 1964, este cenário foi bastante alterado. Frente ao autoritarismo do regime militar, a Igreja teve de assumir uma postura profética com conseqüente afastamento da tradicional aliança com o Estado e aproximação da sociedade civil. As relações entre Igreja e Estado ficam tensas, o que não deixa de interferir na PV. Contudo, mais graves do que as tensões externas serão as internas decorrentes da “recepção” criativa do Concílio. Entram em choque dois tipos de mentalidade: o tradicional e o inovador. Conseqüentemente, deu-se um desgaste de forças com prejuízo de processo de renovação e da síntese orgânica entre o “velho” e o “novo”.

A indefinição de rumo pastoral e as fricções internas desencorajavam as novas vocações. As mudanças nas velhas estruturas não aconteceram sem traumas. Vieram algumas radicalizações que dividiam tradicionalistas e inovadores. Em conseqüência, o clima otimista e confiante do Concílio acabou cedendo lugar a sérios questionamentos e dúvidas. O cenário vocacional se revestiu de perplexidade. Foi o prelúdio de nova etapa.

2.1.2 - Busca de Novos Caminhos (1969-1975)

O contexto sócio-político-econômico dos anos 69-75 (de terrorismo, torturas, inseguranças, falta de liberdade e de informação...) atingiu diretamente as classes populares. Além do empobrecimento acelerado e massivo destas classes, observamos também a marcha rápida do processo de secularização pelo qual a religião vai perdendo espaço em setores dinâmicos da sociedade. A Igreja toma consciência de que lhe escapava das mãos boa parte da influência que tinha quer sobre o Estado, quer sobre as classes populares. O elemento religioso, progressivamente, vai deixando de ser o determinante dos caminhos da sociedade em processos de secularização.

Este estado de coisas atingiu duramente a PV. O número de seminários menores e maiores caiu vertiginosamente. O mesmo aconteceu com

¹⁵ Cf. CNBB. *A Pastoral vocacional no Brasil*. Estudos - 50, p.27

¹⁶ Cf. LG. ,32/80

¹⁷ Ibidem, 33/83

¹⁸ CNBB. *A Pastoral Vocacional no Brasil*. Estudos - 50, p.28

¹⁹ Cf. LG, cap. V

²⁰ Ibidem, 9/25

²¹ Cf. JOÃO PAULO II. *Carta apostólica aos jovens...*, p. 35-36

²² Cf. M. C. AZEVEDO. *Os religiosos, vocação e missão*, p.24

o número de ordenações. O declínio de vocações e o abandono do ministério sacerdotal por muitos padres abriram grande lacuna nas frentes pastorais da Igreja. Tais fatos, além de desestimularem a PV, tiraram-lhe os agentes principais. Esta crise pressionou as comunidades eclesiais a buscarem novas alternativas para a solução do problema vocacional. Leigos e religiosos entraram em cena, efetivamente. A CNBB e a CRB intensificaram suas relações e intercâmbio, visando a promoção e ordenação da PV em níveis regional e nacional.

2.1.3 - *Novas Perspectivas* (1975...)

O panorama um tanto sombrio delineado acima, a partir de 1975, tende a melhorar. O clima de desânimo foi cedendo lugar ao otimismo. As vocações começaram a florescer. Dentre as várias causas dessa mudança, apontamos duas que nos parecem fundamentais:

1) A definição mais clara da opção pastoral da Igreja: após algum tempo de dúvidas e incertezas ela se orientou no sentido de um deslocamento para mais perto das classes populares. Houve movimento de inserção no mundo dos pobres. A Igreja começa a buscar caminho novo de recuperação de sua credibilidade, agora pela via da solidariedade com os oprimidos. Procura assumir a causa dos pequenos.

Renuncia a ser poderosa e tenta ser servidora do Evangelho no mundo. Uma Igreja assim, acaba exercendo (pela via testemunhal) mais influência sobre os jovens em suas opções para o serviço pastoral e também para a própria vida consagrada.

2) O posicionamento corajoso da Igreja na defesa dos direitos humanos foi outro fator que também teve incidência na PV. Durante os vinte anos de ditadura militar (1964-1984) ela se tornou, talvez, o único espaço possível de manifestação da liberdade e resistência organizada do povo frente às arbitrariedades do regime militar. Esse caminho profético levou a Igreja a dar um testemunho mais convincente do Evangelho. Por isso, atraiu muitas vocações.

Verificou-se que grande maioria dos jovens que procuravam os seminários procedia de ambientes rurais ou populares, exatamente onde a atuação da Igreja era mais visível e intensa. É dessa ocasião o grande florescimento das CEBS, como também o despertar dos carismas e dos ministérios nas comunidades. Cresceu a participação do povo nas iniciativas pastorais. Vão-se solidificando as bases de uma nova teologia dos ministérios e das vocações. Estamos num tempo de renovação global da pastoral. Os textos conciliares são estudados com mais atenção em vista da nova realidade emergente, de uma Igreja que imprime novo ritmo na sua caminhada. Neste clima de dinamismo, a PV toma impulso novo e caminha.

O espírito de renovação e de vitalidade presente na Igreja ficou bem claro em sua opção pelos pobres, somada com um programa de evangelização encarnada na história. A PV renova, profundamente, seus conteúdos de conformidade com os desafios do momento histórico. Multiplica seus agentes e suas iniciativas, culminando na grande mobilização do "Ano Vocacional" de 1983²³.

2.1.4 - *Novos Desafios*

As experiências pós-conciliares dos seminários se encaminharam para um tipo de síntese que redundou na aprovação do documento nº 30 da CNBB: "Formação dos Presbíteros na Igreja do Brasil", diretrizes básicas. Novos desafios, porém, surgiram em consequência das rápidas mudanças sócio-culturais e das novas formas de emergência da subjetividade que caracterizam a mentalidade moderna. Dentre os muitos desafios, apontaremos a seguir alguns que têm interferido grandemente na PV:

Centralidade no indivíduo: o homem passa a ser o sujeito primordial da história. Esta é vista em constante devir. E sua evolução acontece sob as constantes intervenções do próprio homem;

Confiança no progresso: este é visto como o caminho privilegiado para ser feliz. Uma felicidade muito

limitada, portanto, sem um alcance para além das contingências humanas. A ciência e a técnica são o motor do progresso. Por isso, os cientistas são tidos como os profetas da modernidade;

Confiança na razão: esta é capaz de libertar o homem de toda obscuridade e iluminar os novos caminhos do progresso. Levada ao extremo, muitas vezes essa atitude acaba confundindo o ser humano na busca de sentido existencial para a vida;

Culto da liberdade e da igualdade: sente-se, de modo geral, uma rejeição a todo tipo de discriminação. Observa-se uma constante busca de autonomia por parte das pessoas e sobretudo dos jovens. Neste processo, ocorre o risco do "inflacionamento" da subjetividade, levando ao individualismo;

Secularização: esta faz parte do processo de amadurecimento humano pelo qual a criatura se descobre artífice de muitas transformações do universo criado. Ademais, o próprio homem descobre que as realidades terrestres têm sua autonomia e que pode lidar com elas sem medo nem superstições. O perigo deste processo é a supervalorização das realidades históricas com o desprezo de sua dimensão transcendente, o que se chama "secularismo".

²³ Cf. CNBB. *A Pastoral Vocacional no Brasil*. Estudos - 50, p.37

Volta do sagrado: vemos atualmente ocorrer uma super oferta de instâncias produtoras de sentido religioso, causando muita confusão na mente das pessoas. Ao mesmo tempo que se pensa, de um lado, banir a religião, aflora de outro lado um enorme pluralismo de crenças e seitas em um universo sócio-cultural todo fragmentado.

Estes desafios elencados nos levam a entender que a promoção vocacional espontânea não mais responde às exigências de nossos tempos. Faz-se necessário um olhar sempre mais agudo para os disputados espaços da vida e da existência humana, num mundo todo marcado pelo pluralismo cultural e religioso.

Hoje, de modo geral, não se vê a família inserida numa comunidade católica praticante. Igualmente, já quase não se encontram famílias numerosas e patriarcais. A influência dos pais sobre os filhos diminui a cada dia. É grande o número de jovens que, prematuramente, deixam suas famílias e suas comunidades em busca de emprego ou estudo. Enfim, o êxodo rural, a mobilidade urbana, a crise de valores, o deslocamento do pólo religioso tradicional para o pólo econômico e outros mais são fatores que interferem, consideravelmente, na mentalidade das pessoas. Disso, resulta que uma PV encarnada deve ser conduzida na linha de muita escuta da realidade histórica, a fim de ser fiel ao espírito do Concílio.

3. MISSÃO DA IGREJA E PASTORAL VOCACIONAL

3.1 - O que é Pastoral ?

O domínio da Pastoral é o agir da Igreja em sua totalidade animada pelo Espírito Santo, realizando dinamicamente, hoje, a salvação. É a Igreja em marcha, cumprindo sua missão de evangelizar. Portanto, não se trata de ação isolada de um indivíduo ou classe. É a Igreja levando adiante a missão do Bom Pastor (Jo 10,14). Ela se compromete, historicamente, com os dois parceiros da salvação: Deus e o homem.

O sujeito da ação pastoral é a Igreja como continuadora da missão de Jesus. Nesta Igreja há diversidade de carismas e de funções (I Cor 12,12...), mas todos convergem para a unidade do corpo, cuja cabeça é Cristo (CL 1,18). Portanto, pastoral é o desenrolar do compromisso efetivo do corpo eclesial com a missão de evangelizar.

3.2 - Tipos de Pastoral

3.2.1 - Pastoral Tradicional

Este modelo vem de três ou quatro séculos atrás, correspondente ao período da história da Igreja chamado de "crístandade". É de cunho eminentemente religioso-moral. A Igreja se apresenta intimamente unida às estruturas da sociedade civil e evangeliza através delas. Oferece ostensiva resistência às mudanças.

Baseia-se numa leitura empírica (ingênua) da realidade. Vê a raiz de todo mal situada na inteligência e no coração do homem. Por isso a solução dos problemas sociais deve ser buscada na conversão do coração, na mudança de cada pessoa, individualmente.

A PV correspondente a este modelo será imediatista: insistência na dignidade da vocação, excessiva valorização de cargos eclesiásticos, recrutamento centralizado nas famílias "de bem". Tudo isso resulta em forte clericalismo. Parte da premissa de que a pessoa é livre e de que Deus pode chamar quem quiser e onde quiser. Não leva em conta suficientemente aspectos pessoais do vocacionado, tais como: amadurecimento na fé cristã, condicionamentos psico-afetivos, capacidade de discernimento; simplesmente apresenta o objeto da escolha (a vocação) sem a devida consideração das condições subjetivas do candidato. Preocupa-se com frutos a curto prazo: seminários cheios. Faz mais recrutamento do que, propriamente, promoção vocacional.

3.2.2 - Pastoral moderna

Este modelo acentua não o objeto, por mais santo que ele seja, e sim o sujeito, a pessoa. Já vem um pouco do Vaticano II, partindo de uma Igreja que se põe em diálogo com o mundo moderno. Na *Gaudium et*

Spes, encontram-se muitos elogios ao mundo do trabalho, da ciência, da técnica, da cultura. São todas realidades terrestres, onde o homem assume seu lugar privilegiado de sujeito das transformações modernas.

Enquanto no modelo anterior tínhamos uma Igreja do "pacto colonial", aqui presenciamos um novo "pacto", não com governos e, sim, com as classes dominantes: cientistas, técnicos, grandes comerciantes, etc. Os maiores desafios pastorais serão de ordem psico-social. A raiz do mal, as causas dos desequilíbrios e conflitos sociais devem ser buscadas no interior das subjetividades: problemas afetivos, arritmias, neurroses, etc. A solução de tais conflitos deve ser buscada em recursos de técnicas psicológicas. Prevalece a leitura funcionalista da realidade, base para uma pastoral psico-social, promocional, de cunho modernizante.

A PV, resultante desse modelo, vai buscar um amadurecimento na fé. Acentua mais o sujeito do que o objeto da escolha. Reconhece que o chamado de Deus é concreto e real em cada pessoa, de onde, pois, a primazia do sujeito com sua história. A vocação é apresentada não só como eleição (do objeto), mas também como uma opção, em busca de concretizar um projeto vital, totalizante e pessoal²⁴. Já se vê o realce da perspectiva histórica. A

²⁴ Cf. EQUIPE DE PROMOTORES VOCACIONAIS. *Pastoral da Juventude Vocacional*. Cad. Voc. 21, p.36

vocação é entendida como projeto a ser realizado ou já em processo de realização²⁵.

Neste projeto entre uma série de opções, de circunstâncias, de acontecimentos que vão constituindo os componentes vitais do discernimento, o acompanhamento consistirá, sobretudo, em ajudar a pessoa a fazer sua opção de maneira consciente e responsável. O trabalho vocacional deve ir além do simples recrutamento. Mas corre ainda o risco de ficar no personalismo individualista.

3.2.3 - Pastoral Libertadora

Este modelo tem sua inspiração originária no Vaticano II e se firma em Medellín e Puebla. Vem de uma Igreja que pensa sua missão a partir de Deus e do envio ao mundo. O decisivo é a missão (no seguimento de Jesus). "Assim como o Pai me enviou eu também envio vocês" (Jo 20,21). A intenção primeira de Jesus não é a Igreja em si mesma e, sim, o mundo dos homens, palco da ação pastoral da mesma Igreja.

Trata-se de uma pastoral que tem por meta evangelizar não só as pessoas (individualmente), mas também as estruturas sociais. Através de uma postura crítica, analisa - profeticamente - a organização da sociedade, buscando, segundo critérios bíblicos, buscar os alicerces desta mesma so-

cidade, a saber: a economia, a política, a cultura, a religião.

Assim como o raio "x" nos mostra a estrutura óssea de um corpo (vivo), a Pastoral Libertadora (ou Estrutural) pretende desvelar as estruturas injustas da sociedade em vista de sua mudança. Este modelo não é propriamente novidade. Talvez, seja o mais antigo de todos. Nos tempos apostólicos, passando pelos Santos Padres, a Igreja, ora mais, ora menos, sempre esteve voltada para as questões sociais, procurando denunciar as injustiças e anunciar o Reino de Deus. É por isso que sempre houve mártires na Igreja, desde o tempo da perseguição romana até os dias de hoje.

Com a paz constantiniana (instaurada em 313), todavia, a Igreja adotou o regime de "cristandade", desviando-se de seu vigor originário, até chegar o Concílio Vaticano II, quando, de certa maneira ela reencontra o caminho mais genuíno do mundo. Voltando às suas origens (apostólicas), reinterpreta sua missão de evangelizar. O Evangelho é para produzir vida em plenitude.

Em 1965, lá em Roma, os Bispos do mundo inteiro encerraram, solenemente, o Concílio com este lema: "uma Igreja dentro do mundo, servidora do povo, partilhando as alegrias, as esperanças e angústias

do homem moderno"²⁶. Nesta ocasião, 40 bispos do "Terceiro Mundo" liderados por Dom Helder Câmara, estavam na periferia da capital, dando um passo adiante com esta célebre proclamação: "Uma Igreja para os pobres, sim. Mas principalmente uma Igreja com os pobres, uma Igreja dos pobres"²⁷.

Na América Latina (AL) três grandes eventos eclesiais - Medellín em 1968, Puebla em 1979, Santo Domingo em 1992 - ajudaram a clarear qual deveria ser a prática pastoral dos católicos nas Igrejas particulares. Seguindo a vertente da libertação, vários documentos da CNBB também trouxeram luzes para a caminhada pastoral da Igreja. Haja vista as diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil (documentos: 4, 15, 28, 38, 45).

Esta nova (e antiga) prática pastoral parte da constatação das práticas dos cristãos e de uma análise crítica da realidade: momento do VER. A seguir, tenta-se iluminar tais práticas com os recursos da Revelação e da reflexão teológica: momento do JULGAR. Finalmente, definem-se pistas de atuação: momento do AGIR.

É uma pastoral desafiadora porque mexe com as estruturas. Toca a chaga do sistema que escraviza e exclui. Provoca conflitos. De acordo

com a enfermidade oferece-se o remédio. Ela ensina que amar o irmão não é só "dar o peixe" e "ensinar a pescar", mas também colaborar no desbloqueio do acesso ao rio, para que todos possam pescar. Requer-se um engajamento social motivado pela convicção de que o Reino de Deus começa aqui na Terra dos homens e tem de padecer muitas violências até desabrochar no Reino definitivo (*Parusia*).

A característica básica da PL é que ela não escamoteia o conflito fundamental que perpassa os níveis todos da vida. A presença cristã não se entende como um simples estar no mundo, como fermento estático ou testemunho mudo. É um tomar parte no conflito. Em contexto de sociedade, marcadamente conflitiva em que vivemos, deve-se entender a pastoral como presença da Igreja dentro do conflito, ao lado dos oprimidos e pobres, em vista de sua libertação²⁸.

A PV conseqüente com este modelo só pode acontecer numa Igreja de "comunhão e participação". Em Medellín, delineou-se com bastante ênfase a perspectiva da libertação. Puebla ressaltou a "comunhão e participação". Santo Domingo apontou para a "inculturação do Evangelho e o protagonismo dos lei-

²⁵ Cf. A. LONDOÑO. Acompanhamento vocacional. Cad. Voc. 31, p.28-29

²⁶ L. BOFF. Pelos pobres contra a pobreza (mimeografado)

²⁷ Ibidem

²⁸ Cf. J. B. LIBÂNEO. Os vários tipos de pastoral (mimeografado)

gos²⁹. O eixo eclesial (carismático) passa a ter primazia sobre o eixo eclesiástico (institucional). Com isso, a PV dá um considerável passo qualitativo. Parte para um trabalho "desinteressado" pela juventude, visando, antes de tudo, ajudar os jovens a descobrir suas potencialidades, tomando consciência do plano de Deus a seu respeito. É preciso, em primeiro lugar, acordar o cristão, antes de qualquer proposta concreta para escolher esta ou aquela vocação (sacerdotal, religiosa, missionária).

Ser cristão exige um contato assíduo com a realidade social de pobreza, marginalidade, injustiça e opressão. Desse contato deve brotar o compromisso libertador. A resposta positiva aos clamores desta realidade, tendo em vista os valores do Reino (mais vida, justiça...), será sinal de fidelidade ao Evangelho e de amadurecimento na fé.

Suposto este engajamento, segue-se a proposta dos diferentes estilos de vida e das variadas vocações específicas. Deste modo, a PV poderá prestar relevante serviço à pessoa, à sociedade e à comunidade cristã, superando práticas tradicionais que visam, sobretudo, preencher vazios (de uma comunidade) ou, simplesmente, encher seminários²⁹.

Na perspectiva da libertação, a PV procura fazer o cristão engajar-se, para que descubra na própria re-

alidade em que vive, quais são os apelos de Deus e como dar-lhes respostas generosas e pertinentes.

3.3 - O campo da Pastoral Vocacional

Numa eclesiologia de "comunhão e participação", entende-se que todas as áreas da pastoral da Igreja devem ter um caráter vocacional. Vem crescendo a consciência de que a PV não é um simples departamento da Pastoral Orgânica. De fato, é preciso fazer dela uma dimensão que penetra, intrinsecamente, todas as pastorais. Na comunidade eclesial há espaço para as diversas vocações, carismas e ministérios.

A PV é um processo que implica itinerários: despertar, discernir e acompanhar vocação. Ela pode ser considerada, basicamente, sob dois ângulos: um global e outro particular. No sentido global significa "despertar e animar uma ação que mobilize as diversas vocações que o Espírito suscita e reúne na Igreja e na sociedade para o compromisso com o processo histórico de transformação da sociedade (...) à luz do Evangelho e da verdade de Cristo, com vistas à libertação integral do homem e à realização do Reino"³⁰. Neste sentido deve, pois, estar sempre integrada com todas as outras pasto-

rais, conscientizando-as a se responsabilizarem na promoção das vocações e ministérios para a Igreja.

No sentido particular, PV "é a articulação de um trabalho sistemático que tem por objetivo ajudar as pessoas a reconhecerem sua própria vocação, chamado pessoal e intransferível de Deus"³¹. Implica no acompanhamento e valorização do vocacionado que busca corresponder, positivamente, às necessidades da Igreja num serviço (função) sacerdotal ou religioso ou missionário.

4. PASTORAL LIBERTADORA E PASTORAL VOCACIONAL

4.1 - Ponto de Partida da Pastoral Libertadora

A realidade da AL e do Brasil, marcada como está pela pobreza e pela exclusão, constitui grande desafio para a ação pastoral da Igreja. A partir da opção preferencial pelos pobres, os bispos em Puebla, repensaram a missão da própria Igreja, visando construir a "Civilização do Amor".

A Igreja está dentro do mundo não como uma presença qualquer. Ela busca a transformação deste mundo iluminada pelo Evangelho e pela prática de Jesus. Portanto, é uma presença qualificada que pre-

tende contribuir para a transformação da sociedade. Na base desse processo deve estar a experiência cristã de Deus que salva, libertando. O caminho libertador de Cristo conduz à liberdade através do serviço. Por isso, a ação da Igreja deve também ser um serviço constante a todos que vivem no cativeiro. A ação de Jesus é o paradigma fundamental; ele que passou pelo mundo fazendo o bem (At 10, 38) deu-nos o exemplo para que fizéssemos o mesmo (Jo 13, 15).

4.2 - Pastoral Vocacional e Conceito de Vocação

O apelo de Deus a nós, via de regra, vem sempre mediado. Por isso, em cada época, tem-se uma compreensão conjuntural do que seja vocação. Vejamos a seguir algumas interpretações deste termo que mais têm exercido influência no conceito de PV:

1) Visão Medieval: tem seu ponto de apoio no primado absoluto de Deus que chama através da hierarquia eclesiástica. Esta, na prática, detém a exclusiva representação da Igreja, cabendo ao simples fiel aceitar, obedecer, submeter-se. Predomina certa passividade. Entende-se a vocação como dom que deve ser aceito, praticamente, sem diálogo. A

²⁹ Cf. EQUIPE DE PROMOTORES VOCACIONAIS. Op. cit., p.37

³⁰ CNBB. A pastoral vocacional no Brasil. Estudos - 50, p.116

³¹ A. PIGHETTI E J. D. PESSOA. Curso para orientadores vocacionais. Cad. Voc - 27, p.25

vocação específica (consagrada) é vista como privilégio de alguns escolhidos.

2) Visão Modernizante: tende a acentuar na vocação a livre iniciativa do homem. O chamado passa pela via da decisão pessoal. Durante muito tempo, a PV baseou-se no processo de discernimento da vontade de Deus na consciência do candidato. Conseqüentemente, essa pastoral dificilmente ultrapassa a prática do tradicional "recrutamento" de vocações.

3) Visão Libertadora: ela vem de uma Igreja entendida como Comunhão e Participação. No caso, afirma-se que o chamado de Deus acontece na e pela mediação histórica e concreta da comunidade eclesial. A vocação (interior) deve ser verificada pela própria comunidade de fé e pela hierarquia no seu papel específico de juiz da autenticidade dos dons e carismas.

Numa Igreja toda ela ministerial é preciso estar atento para o deslocamento do eixo vocacional: o sinal da vocação interior não é mera experiência psicológica de atrativo pela vida sacerdotal ou coisa que valha, mas para a efetiva participação na missão da comunidade eclesial (vocação exterior)³². Assim como a comunidade é que catequiza, do mesmo modo é a comunidade que gera,

na fé, a resposta de seus filhos à vocação, dom de Deus. Neste sentido, a responsabilidade das vocações é tarefa de todos os fiéis. A vocação será a "resposta de Deus providente à comunidade orante"³³.

4.3 - Pastoral Vocacional e Eclesiologia

Em conseqüência do exposto acima, já podemos afirmar que a PV deve estar articulada em coerência com o modelo de Igreja dos tempos de "hoje" (pós-Vaticano II). O esquema da pastoral tradicional, como também o da pastoral modernizante se mostra insuficiente.

Na mentalidade tradicional, o problema das vocações se resolve pelo "recrutamento". Pensa-se mais na sobrevivência da instituição. Esta precisa de quadros humanos. Por isso, arrebanha vocações quando faltam e exclui quando sobram. É a dinâmica da "peneira", característica do seminário tridentino. No esquema modernizante, a questão vocacional é encaminhada não mais pela via do recrutamento como expediente principal. Mas, em compensação, utiliza propaganda e outros recursos de persuasão dos indivíduos. Costuma apresentar a vocação (sobretudo a consagrada) como um bem particular sem a devida vinculação com a

comunidade eclesial. No modelo de Igreja "Comunhão e Participação" considera-se que a questão vocacional não é problema simplesmente do clero ou da hierarquia. Todo o Povo de Deus deve sentir-se responsável. O destaque, aqui, é para o papel da comunidade eclesial. Deste modo, a problemática fica devolvida a quem de direito: à própria comunidade eclesial que, em espírito de comunhão, torna-se a matriz geradora dos ministérios eclesiais, dentre os quais nascerão em Cristo os ministérios ordenados para complementar o serviço da mesma comunidade.

4.4 - Condições Básicas da Pastoral Vocacional Libertadora

O cultivo das vocações não pode vir dissociado da prática eclesial bem concreta e consciente do que quer. Como tal, deve estar conjugado com a Pastoral Orgânica, onde a vocação é vista não apenas como bem particular, mas bem comum de toda a Igreja. Portanto, supõe:

1) Uma Igreja evangelizadora: "Evangelizar constitui, de fato, a graça e a vocação própria da Igreja, sua mais profunda identidade"³⁴. Seu entusiasmo, no cumprimento dessa missão, torna-se grande força vocacional.

2) Uma Igreja comunitária: a comunidade é o ambiente mais propício para o florescimento vocacional.

Na verdade, toda vocação é, fundamentalmente, um chamado e um resposta de serviço à comunidade. É aí que os apelos são mais sentidos concretamente. Onde ocorre a experiência de "comunhão e participação" própria da Igreja, comunidade viva, os indivíduos, por via de regra, sentem-se convocados a dar respostas positivas aos apelos da realidade. A co-responsabilidade eclesial torna-se sinal de autenticidade vocacional.

3) Uma Igreja educadora da fé: desde o Vaticano II a Igreja vem insistindo quanto a necessidade de ver a fé como um processo e não como algo que se recebe de uma vez por todas. Como tal, ela exige um amadurecimento progressivo a partir da realidade batismal e apoiada num contato vivo e permanente com a Palavra de Deus. A cada momento da vida deveríamos perguntar: "Senhor, que queres que eu faça"? E a resposta deveria ser: "Eis-me aqui, envia-me".

4) Uma Igreja orante: além de ser um diálogo com Deus, a oração traduz atitude e clima que se respira nos ambientes e na ação da Igreja. A oração da comunidade conduz à ação da comunidade. Por isso, é um meio (por excelência) de se receber o dom-chamamento-resposta. Como tal, ela mantém viva a relação entre o homem e Deus. Por conseqüência, torna-se condição indispensável para o surgimento de vocações.

³² CNBB. Vida e ministério do presbítero. Doc. 20, nº 218-222

³³ DP, 882

³⁴ PAULO VI. Evangelii Nuntiandi, nº 14

5) Uma pastoral comprometida: comprometer-se com o homem no mundo e com o mundo significa optar. Cristo optou pelos pobres (Lc 4, 18-21). Desde Medellín, a Igreja latino-americana vem assumindo (publicamente) uma opção semelhante a de Jesus. A medida que os agentes de pastoral - bispos, religiosos, padres, leigos engajados - foram entrando para o meio do povo, tiveram a mesma experiência de Jesus: "Tenho pena deste povo ..." (Mt 15, 32).

A Pastoral Libertadora se faz a partir das angústias do pobre, priorizando suas necessidades. Seus direitos são direitos de Deus. Deus mesmo toma a defesa do faminto, do órfão, da viúva, do peregrino (Dt 24,17; Is 1,17; Jr 49,11; Tg 1,27). A Bíblia não fala diretamente em direitos humanos e sim em direitos dos pobres, que Deus assume como direito d'Ele. Então, optar pelos pobres em perspectiva libertadora é bem mais que simples opção: é uma necessidade. Tal atitude significa ver a realidade social, a Igreja, a religião e tudo mais na ótica dos pobres, interrogando sempre pelas reais necessidades deles³⁵.

5 - A PROMOÇÃO E O ACOMPANHAMENTO VOCACIONAL

Os pastoralistas, de modo geral, admitem que a promoção vocacional até o Vaticano II era relativamente

fácil. O ambiente sócio-eclesial, de certo modo, favorecia. O impacto da modernidade ainda não era tão forte. O ambiente da família, a escola e os próprios meios de comunicação, de um modo ou de outro, ofereciam espaços bastante favoráveis às propostas vocacionais. A alta taxa de natalidade, a escassez de centros educativos, o ritmo ainda lento das comunicações sociais e outros tantos fatores contribuía para que as instituições vocacionais oferecidas pela Igreja fossem muito solicitadas. Neste contexto, a promoção vocacional adotava métodos bastantes seguros com bons resultados, sobretudo, quantitativos.

A partir do Concílio, este cenário vai tomando outros rumos. Novas exigências começam a emergir. Os lugares e os métodos tradicionais entraram em crise. Numa sociedade que mudou e continua mudando tão rapidamente, os desafios se multiplicam. Tanto a promoção como o acompanhamento precisam entrar pelo crivo da constante revisão. Do contrário, ficam anacrônicos.

5.1 - Motivação e Discernimento

O comportamento humano é guiado por grande variedade de motivos quer inatos, quer aprendidos. Não existe ação humana sem que haja por detrás da mesma alguma motivação.

Motivação é uma força interna que emerge, regula e sustenta as ações, tornando-se causa mais profunda do comportamento humano e a razão das escolhas e decisões mais significativas de uma pessoa³⁶. Indica uma certa tendência do comportamento em direção a um objetivo. Relaciona-se com uma série de termos afins: intenção, desejo, finalidade, interesse, escolha, preferência, etc. Comportamento motivado é, pois, comportamento direcionado.

Motivação é uma força interior capaz de mover a pessoa. É o conjunto de motivos e expectativas que impulsionam o agir de alguém. Equivale a uma resposta à pergunta: "por que esta ação"?, em duplo sentido: o que a origina, para que coisa tende. Estão presentes duas linhas de forças: uma ativante (prontidão à ação) e outra direcional (finalidade)³⁷.

Existe bastante relação entre a motivação e o discernimento. No processo de acompanhamento vocacional os dois andam juntos e se beneficiam, reciprocamente. O discernimento pressupõe constante confronto com as motivações interiores. Muitas destas são inconscientes. Por isso, se requer do educador bastante perspicácia e dedicação, a fim de poder ajudar o vocacionado a ter clareza quanto à própria vocação.

A autenticidade das motivações tem muito a ver com liberdade de escolha. Esta supõe que o vocacionado tenha consciência de seus próprios motivos e os aprove, integrando-os no seu sistema de valores. Do contrário, não haverá escolha autêntica, mas tão somente mecanismos de projeção ou de defesa.

São comuns os casos de indivíduos errarem na escolha vocacional por falta de motivos válidos centrados em valores objetivos. Em se tratando do discernimento vocacional, só boa intenção não basta. É preciso que a pessoa vocacionada tenha suficiente clareza da escolha que está para fazer, a fim de se livrar do laço das motivações inválidas ou insuficientes.

5.2 - Condições para o Discernimento Pessoal

A atividade do discernimento não se limita apenas ao campo específico da PV. Não é só o jovem que precisa discernir a própria vocação. O adulto, o idoso, a mulher, o varão, somos todos convocados a fazer da vida um ato contínuo de discernimento. Isto equivale a dizer que viver é discernir. Como saber o que Deus quer de mim? O que mesmo eu quero da vida? O que Deus quer que eu faça? Só sei que Ele

³⁵ L. BOFF. Op. cit. (mimiografado)

³⁶ Cf. A. PIGHETTI. Op. cit., p.78

³⁷ Cf. A. CENCINI E A. MANENTI. *Psicologia e formação*, p. 78

espera de mim uma resposta de pessoa madura na fé. Trata-se de um processo que tem muito a ver com a escuta (interior e exterior) e a obediência. Escutar, atentamente, já é discernir.

O chamado universal à santidade constitui o fundamento de todo discernimento cristão. Se, por um lado, este chamado é muito genérico, por outro lado, ele deve também conter uma dimensão particular, pois só se realiza em pessoas concretas (históricas), ponto de partida e de chegada do processo de discernimento. Por isso, consideremos a pessoa do vocacionado; antes de tudo ele deve ter passado pelo processo de acompanhamento, desde o despertar até o momento mesmo da opção por uma modalidade de vida (leiga ou consagrada). Percorrido este itinerário, vem a etapa decisiva cuja consistência se radica em alguns pressupostos³⁸: busca sincera da vontade de Deus em clima de liberdade e de fé; abertura à dimensão mística da vocação, tendo consciência da ação de Deus nos corações dos homens; sentir-se interiormente livre para o confronto consigo e com Deus nas mediações da oração e do diálogo com os orientadores vocacionais; propósito (explícito ou implícito) de aceitar a verdade até suas últimas conseqüências; saber dosar os impulsos do coração (sen-

timentos) através da luz da razão; generosidade e persistência na tarefa do discernimento, o que é um grande desafio.

Esta lista poderia se estender mais e mais. Em síntese, que o discernimento seja feito em clima de paz, de liberdade e de esperança. O apóstolo Paulo diz que discernir é distinguir o verdadeiro do falso: "Não se amoldem às estruturas deste mundo, mas transformem-se pela renovação da mente, a fim de distinguir qual é a vontade de Deus: o que é bom, o que é agradável a ele, o que é perfeito" (Rm 12, 2).

5.3 - *Discernimento e Conversão*

No momento mesmo em que o homem é criado, já é também chamado a um crescimento: o ser imagem e semelhança de Deus - se é um grande dom - é também uma grande responsabilidade (vocação, tarefa).

O discernimento vocacional pressupõe compromisso de crescimento e conversão contínua. O próprio conceito de vocação nos mostra um caminho a seguir em diálogo com Deus, com os outros semelhantes e com o mundo.

Sentir-se chamado equívale a ser convocado, permanentemente, à conversão. Converter-se todos os dias,

a fim de ouvir e entender a vontade de Deus e entrar pela senda do ser e do agir cristão.

Poderíamos dizer que o essencial do discernimento é tornar a pessoa mais realista, consciente, mais fiel à verdade de si mesma, assumindo a condição de criatura humana limitada mas, nem por isso, menos amada. Isso não acontece por decreto nem só pela força de boas intenções; a palavra de ordem deve ser "conversão", no sentido de mudança, reviravolta, flexibilidade de esquemas mentais, prontidão para estar sempre aprendendo, acolhimento do "novo" e também no sentido de concentração de forças, atenção a cada momento da vida, atitude de espera e de vigilância, disponibilidade, e percepção do que é essencial em nossa vida.

Conclusão

Ao final desta síntese, recordamos que nossa intenção foi, basicamente, deixar claro o esforço que a Igreja fez e continua fazendo para resolver o problema das vocações no Brasil desde os tempos da colônia até hoje.

Embora o empenho da Igreja seja uma constante, as estratégias aplicadas na PV são muito variadas de conformidade com os tempos e os lugares. Por exemplo, nos primeiros séculos da evangelização, dada a escassez de sacerdotes, os cuidados pastorais se voltaram sobremaneira

para as vocações clericais. Em conseqüência, prevaleceu um conceito de "vocação" reduzido praticamente ao âmbito religioso-sacerdotal.

Mesmo com a atuação dos colégios jesuítas e a implantação dos seminários tridentinos, a questão vocacional continuou sendo problema agravado por forte preconceito racial e pela pressão de modelos pedagógicos importados.

A esperança de que a solução estaria na multiplicação do número de padres e religiosos, estendeu-se até o Vaticano II. E, ainda hoje, não podemos afirmar que esta mentalidade (clericalista) esteja de todo superada. As mudanças não ocorrem repentinamente. Mas é verdade que aconteceram passos importantes a favor de uma PV mais adequada aos tempos modernos. Mesmo antes do Concílio, houve alguns avanços. Faltava, porém, um princípio unificador que se chamava "Pastoral de Conjunto" e depois "Pastoral Orgânica", cujas linhas mestras foram traçadas pelo Concílio.

A eclesiologia conciliar trouxe muitas luzes para a melhor compreensão do conceito de "vocação", resultando daí a necessidade de se repensar, continuamente, a PV em sua dinâmica e em seus métodos. Por exemplo, com a afirmação do sacerdócio batismal, nasceu na Igreja um verdadeiro espírito de comunhão e participação capaz de dar novos rumos à PV. O exercício do sacerdócio comum dos fiéis abriu espaço

³⁸ Cf. P. FINKLER. *O formador e a formação*, p. 144-146

aos novos ministérios. Igualmente cooperou para a renovação da PV a afirmação da igual dignidade de todos os batizados e, nem por isso, ficou comprometido o valor do sacerdócio hierárquico, uma vez que sua missão foi bem mais esclarecida³⁹.

A partir de uma Igreja toda ela ministerial (1Cor 12), abre-se o horizonte da PV. A universalidade da vocação à santidade faz ver o quanto a Igreja precisa estar caminhando em vista de uma PV diversificada.

Com estes esclarecimentos, a questão da pastoral das vocações ainda não está resolvida de uma vez por todas. Contudo, a direção fica indicada, o que nos permite tirar algumas conclusões sobre as características de uma Pastoral Vocacional Libertadora:

1) Deve ser eminentemente histórica, encarando diuturnamente, os desafios do mundo moderno com suas constantes e rápidas mudanças. Um deles é como enfrentar de maneira adequada a questão da emergência da subjetividade, marcada como está pelo individualismo e pelo consumismo.

2) Deve orientar-se por uma filosofia personalista que considera as pessoas em seu contexto relacional. As situações concretas da existência humana postulam que a libertação

integral seja um caminho de múltiplas dimensões: social, cultural, econômica, religiosa.

3) Precisa ser bastante realista, a tal ponto, que possa evoluir em meio aos desafios típicos da modernidade, a saber: sociedade de conflitos resultante sobretudo das clamorosas desigualdades sociais e do profundo descompasso entre o progresso econômico e o progresso social. Este último tem andado sempre a reboque; primazia do capital e do lucro defendida por um forte aparelho ideológico do Estado, levando a formas exacerbadas de individualismo e narcisismo. Este conjunto de coisas dificulta, enormemente, o comportamento oblativo e enfraquece o espírito de militância das pessoas por causas realmente evangélicas; democracia liberal que alimenta a ilusão de um progresso econômico fácil e ao alcance de todos, donde o incentivo ao consumismo e ao hedonismo, resultando numa multidão (cada dia mais numerosa) de excluídos do processo social.

4) Frente a uma sociedade com grande contingente de explorados, marginalizados e excluídos, a PV tem de ser atenta, dinâmica, criativa e encarnada na realidade valorizando, o quanto possível, as vocações que surgem dos meios populares (urba-

nos e rurais) e evitando as discriminações que ainda afastam das vocações específicas os mais pobres⁴⁰.

5) Diante da sociedade capitalista que apregoa um ideal de bem-estar e de prazer, de felicidade e realização individual pela via do enriquecimento material é preciso investir esforços para "suscitar vocações de jovens que saibam romper com a tendência cultural dominante e assumir o compromisso de transformação da sociedade"⁴¹.

6) Em síntese, a PVL deverá despertar e animar uma ação que mobilize as diversas vocações que o Espírito suscita e reúne na Igreja e na

sociedade, para compromisso com o processo histórico de transformação da sociedade brasileira, à luz do Evangelho e da verdade de Cristo, com vistas à libertação integral do homem e realização do Reino⁴².

Extrato da Dissertação de Mestrado do Pe. Geraldo Ferreira Barbosa apresentada à Faculdade de Teologia N. S. Assunção
End.: Caixa Postal 508
30161-970 - Belo Horizonte - MG
Fone: 441-5399

³⁹ Cf. LG, 11/28; 32/79; 32/80

⁴⁰ CNBB. *A Pastoral Vocacional no Brasil*. Estudos -50, p. 114

⁴¹ *Ibidem*, p.115

⁴² *Ibidem*, p.116